

1. Memória descritiva do orçamento

Os documentos previsionais para 2015 prosseguem uma estratégia de rigor e contenção da despesa, para reforço e consolidação das finanças municipais. É orçamento mais baixo dos últimos 10 anos.

Apesar de o município prosseguir uma estratégia de redução do endividamento não significa que não tenha as suas prioridades bem definidas com vista ao máximo aproveitamento das oportunidades de financiamento comunitário.

Para além dos projetos já execução, como as Ciclovias -Freguesia N. Sra. Fátima, Requalificação Urbana da Rua Elias Garcia, Requalificação dos Acessos aos Casais Formigos e Alargamento da Avenida das Forças Armadas, o Orçamento de 2015 privilegia as seguintes áreas:

- EFICIENCIA ENERGÉTICA

Pressupõe a substituição de todas as luminárias do concelho por tecnologia LED. Trata-se de um investimento orçamentado em 900.000 € com auxílio de fundos comunitários.

Prevê-se com esta substituição uma poupança em consumos de Iluminação Pública (IP) na ordem dos 40 %, ou seja, o retorno do investimento, da parte nacional, será feito entre 1 a 2 anos.

Para além da intervenção ao nível da IP pretende-se a reabilitação e eficiência energética das várias instalações do município, com especial atenção para as Piscinas Municipais.

- COMÉRCIO E INDUSTRIA

Reconhece-se como de primordial importância a criação de emprego, fator principal para a qualidade de vida dos munícipes.

Neste sentido estão previstas diversas intervenções como sejam:

- Ligação do Terminal de Contentores à Área de Acolhimento Empresaria e à A23 – Investimento de 3.000.000 € a realizar nos próximos 3 anos.
- Reabilitação do Mercado Diário – Investimento estimado em 2.000.000 € a realizar nos próximos 3 anos.

- MOBILIDADE URBANA

A criação de um plano de mobilidade urbana está na base deste objetivo, que pressupõe a criação de condições e escolhas de acessibilidade e mobilidade que proporcionem deslocações seguras, confortáveis, com tempos aceitáveis e custos acessíveis. Implica, ainda, que a mobilidade se exerça com eficiência energética e reduzidos impactos ambientais.

Neste sentido será aposta do município a aquisição de viaturas elétricas (substituição de TURE'S) e aquisição de bicicletas urbanas / elétricas.

- CULTURA E CONHECIMENTO

Será aposta a remodelação e modernização do Cine teatro S. João. Iremos procurar, com pequenas intervenções, devolver a vida a este espaço que tanta falta faz ao concelho.

Estarão ainda previstas diversas intervenções na biblioteca e arquivo municipal de modo a proporcionar melhores condições aos utentes.

- ESPAÇOS VERDES

No investimento em espaços verdes será feita uma consulta aos munícipes através do instrumento do orçamento participativo.

Serão colocadas a votação diversas intervenções em parques e jardins urbanos com vista a definir as prioridades nesta área.

A dotação afeta a esta área será de 150.000 € para o ano de 2015.

- DESPORTO E VIDA SAUDÁVEL

Nesta área os projetos mais significativos serão o estudo para a Ciclovia – Freguesia S. João Batista e o projeto Entroncamento Ativo que pressupõe um conjunto de investimentos para a dinamização do desporto.

- COESÃO SOCIAL

Para além de um conjunto de investimentos na reabilitação e eficiência energética da Habitação Social, o município irá manter ativos diversos programas como:

- Entroncamento Solidário (Apoio às famílias carenciadas)
- Projeto Lar em Segurança
- Projeto Viver + Ativo

Em conclusão, as Grandes Opções de Plano traduzem um conjunto de investimentos em diversas áreas da gestão autárquica que vão de encontro à estratégia delineada para o concelho.

Entroncamento, 21 de outubro de 2014

O Presidente da Câmara

Jorge Manuel Alves de Faria

2. Cenário Macroeconómico para 2015

O Relatório da proposta de Orçamento de Estado para 2015 estabelece um cenário macroeconómico assente numa previsão de crescimento do PIB de 1,5% em 2015. Espera-se que as exportações continuem a acelerar, assim como o consumo e o investimento. Já a taxa de desemprego deverá cair para 13,4%, mas a criação de emprego será menor.

No quadro abaixo consta o resumo dos principais indicadores previstos na proposta do Orçamento de Estado para 2015.

Quadro I.3.3. Principais indicadores

(taxa de variação, %)

	2012	2013	2014 ^(p)	2015 ^(p)
PIB e Componentes da Despesa (<i>Taxa de crescimento homólogo real, %</i>)				
PIB	-3,3	-1,4	1,0	1,5
Consumo Privado	-5,2	-1,4	1,8	2,0
Consumo Público	-4,3	-1,9	-0,6	-0,5
Investimento (FBCF)	-15,0	-6,3	1,5	2,0
Exportações de Bens e Serviços	3,1	6,4	3,7	4,7
Importações de Bens e Serviços	-6,6	3,6	4,7	4,4
Contributos para o crescimento do PIB (<i>pontos percentuais</i>)				
Procura Interna	-6,9	-2,4	1,4	1,3
Procura Externa Líquida	3,6	1,0	-0,3	0,2
Evolução dos Preços				
Deflador do PIB	-0,4	2,3	1,4	1,5
IPC	2,8	0,3	0,0	0,7
Evolução do Mercado de Trabalho				
Emprego	-4,1	-2,9	1,4	1,0
Taxa de Desemprego (%)	15,5	16,2	14,2	13,4
Produtividade aparente do trabalho	0,8	1,6	-0,4	0,5
Saldo das Balanças Corrente e de Capital (<i>em % do PIB</i>)				
Capacidade/Necessidade líquida de financiamento face ao exterior	-0,6	1,3	1,5	1,5
- Saldo da Balança Corrente	-2,6	-0,3	0,3	0,3
da qual Saldo da Balança de Bens e Serviços	-0,7	1,0	1,3	1,5
- Saldo da Balança de Capital	2,0	1,5	1,2	1,2

Legenda: (p) previsão.

Fontes: INE e Ministério das Finanças.

O Orçamento de Estado no seu ponto I.3.2 refere o seguinte:

“Para 2015, prevê-se um crescimento do PIB em 1,5%, reflexo de uma contribuição positiva da procura externa líquida, bem como a manutenção do contributo positivo da procura interna. No respeitante à procura externa, antecipa-se uma aceleração das exportações, especialmente na sua componente de serviços, bem como uma moderação das importações dado o elevado contributo da variação de existências registado no ano precedente. Esta nova dinâmica da procura interna vem materializar a normalização da atividade económica. Por um lado, a evolução do consumo privado está em linha com o esperado para as remunerações e

rendimento disponível, não se prevendo impactos relevantes na taxa de poupança, nem no atual ritmo de redução do endividamento. Por outro, o aumento do investimento, principalmente empresarial e na sua componente de máquinas e equipamentos, traduz a necessidade de aumentar a utilização da capacidade produtiva, e a sua atualização, facto que é consonante com o crescimento esperado no emprego, com o aumento da procura global e com a progressiva normalização das condições de financiamento, não obstante a continuada necessidade de correção do endividamento. Dado o continuado crescimento das exportações, é de esperar que o ajustamento das contas externas continue: o saldo conjunto da balança corrente e de capital deverá fixar-se em 1,5% do PIB, aumentando a capacidade líquida de financiamento da economia portuguesa, ao mesmo tempo que a balança corrente deverá atingir um excedente equivalente a 0,4% do PIB, reforçando assim o resultado de 2014.”

Relativamente ao **nível de desemprego**, traça o seguinte cenário:

“A taxa de desemprego deverá situar-se em 13,4% (-0,8 p.p. face ao esperado para 2014 e -2,8 p.p. face à ao valor de 2013). A redução do desemprego deverá ser acompanhada por um aumento da produtividade aparente do trabalho e por um crescimento do emprego ligeiramente inferior ao registado em 2014, dado o seu maior desfasamento face aos desenvolvimentos da atividade económica, bem como por não ser expectável que o elevado ritmo de recuperação do mercado de trabalho seja compatível com a aproximação ao desemprego estrutural. Espera-se, ainda, que a distribuição sectorial do emprego continue a ser reflexo da reafetação de recursos da estrutura produtiva dos sectores de bens não transacionáveis para os sectores de bens transacionáveis.”

Em relação ao consumo público o cenário é o seguinte:

O consumo público, por sua vez, deverá diminuir em 0,5% no próximo ano, como resultado da continuação do processo de ajustamento da despesa pública, a par com as alterações de política salarial com impacto positivo no deflator.

Em relação à inflação:

“A inflação deverá atingir os 0,7% em 2015, num contexto de ausência de tensões – quer inflacionistas, quer deflacionistas – nos mercados internacionais de commodities. Esta subida da inflação de cerca de 0,7 p.p. face a 2014 traduzirá uma maior pressão ascendente sobre os preços resultante da melhoria da procura interna, bem como o efeito da desvalorização da taxa de câmbio do euro face ao dólar, dada a crescente divergência na condução da política monetária. O diferencial face à evolução dos preços no conjunto da área do euro deverá manter-se, face à necessidade de ajustamento dos preços relativos.”

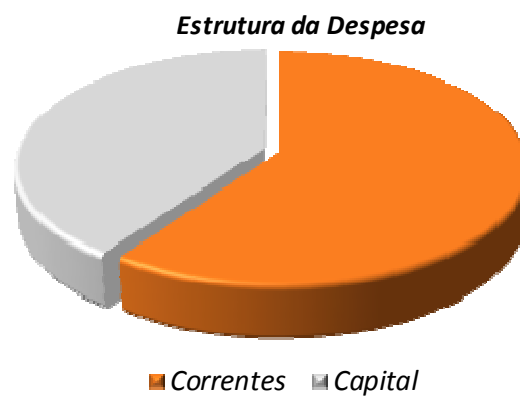
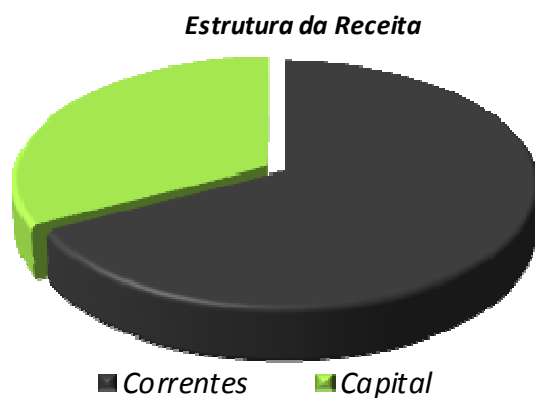
3. Orçamento 2015 e Grandes Opções do Plano

3.1. Valor Global do Orçamento

O orçamento do município do Entroncamento para o ano de 2015 totaliza 18.939.112 € e tem a seguinte composição:

<i>Designação</i>	<i>Receitas</i>		<i>Despesas</i>	
	<i>Valor €</i>	<i>%</i>	<i>Valor €</i>	<i>%</i>
Correntes	12.736.728	67%	11.312.073	60%
Capital	6.202.384	33%	7.627.039	40%
Total	18.939.112	100%	18.939.112	100%

Representação Gráfica:



3.2. Evolução do saldo global

Evolução do saldo global

Descrição	Orçamento (€)		Variação	
	2014	2015	Valor (€)	%
Receita corrente	11.611.133	12.736.728	1.125.595	9,7%
Receita de capital (efetiva) (1)	9.623.841	6.202.384	-3.421.457	-35,6%
Receita efetiva (1)	21.234.974	18.939.112	-2.295.862	-10,8%
Despesa corrente	11.409.606	11.312.073	-97.533	-0,9%
Despesa de capital (efetiva) (2)	8.800.368	6.665.631	-2.134.737	-24,3%
Despesa efetiva (2)	20.209.974	17.977.704	-2.232.270	-11,0%
Saldo corrente	201.527	1.424.655	1.223.128	606,9%
Saldo de capital	823.473	-463.247	-1.286.720	-156,3%
Saldo global	1.025.000	961.408	-63.592	-6,2%

(1) - Não inclui ativos e passivos financeiros

(2) - Não inclui ativos e passivos financeiros

Relativamente ao ano anterior, assiste-se a uma contração da receita efetiva em 2.295.862 € (-10,8%) e da despesa efetiva em 2.232.270 € (-11,0%), o que se traduz num diferencial previsto de -63.592 €.

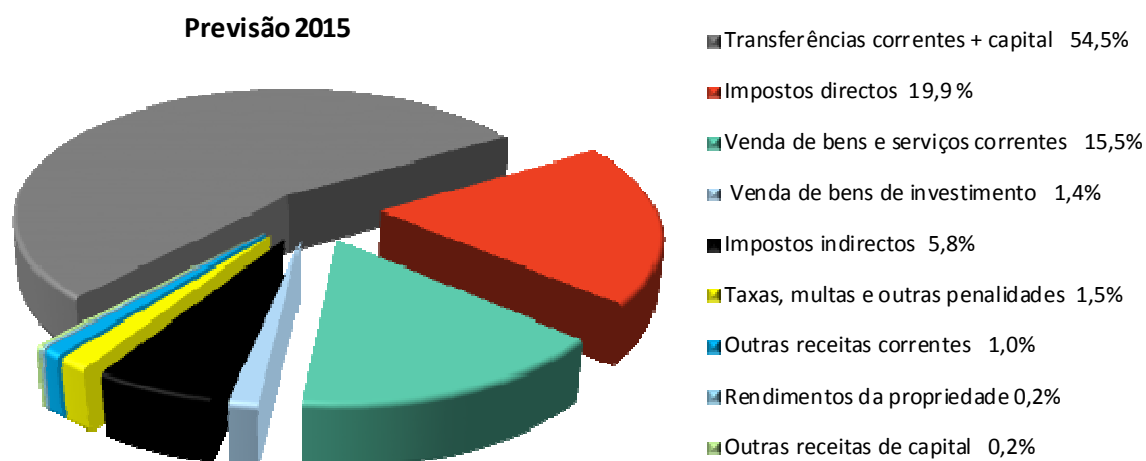
Existe de facto uma tentativa de aproximar o orçamento do município à realidade das suas efetivas capacidades financeiras, evitando aquela que foi ao longo dos anos uma prática de excesso orçamental, conforme atestam os indicadores de execução disponíveis à data.

3.3. Previsão das receitas

A receita municipal prevista para o ano de 2015 ascende a 18.939.112€ apresentando, em relação à receita orçamentada em 2014, um decréscimo de 10,8%, ou seja, menos 2.295.862€.

Rubricas	Previsão 2014		Previsão 2015		Evol. 2015/2014	
	Valor €	%	Valor €	%	Valor €	%
01 Impostos directos	3.732.832	17,6%	3.772.318	19,9%	39.486	1,1%
02 Impostos indirectos	311.847	1,5%	1.093.915	5,8%	782.068	250,8%
04 Taxas, multas e outras penalidades	289.841	1,4%	292.311	1,5%	2.470	0,9%
05 Rendimentos da propriedade	15.117	0,1%	28.663	0,2%	13.546	89,6%
06 Transferências correntes	4.270.785	20,1%	4.426.031	23,4%	155.246	3,6%
07 Venda de bens e serviços correntes	2.950.918	13,9%	2.943.207	15,5%	-7.711	-0,3%
08 Outras receitas correntes	39.793	0,2%	180.283	1,0%	140.490	353,1%
Total de receita correntes	11.611.133	54,7%	12.736.728	67,3%	1.125.595	9,7%
09 Venda de bens de investimento	1.952.721	9,2%	261.936	1,4%	-1.690.785	-86,6%
10 Transferências de capital	7.671.118	36,1%	5.894.741	31,1%	-1.776.377	-23,2%
13 Outras receitas de capital	1	0,0%	45.706	0,2%	45.705	4570500,0%
14 Repos. não abatidas nos pagamentos	1	0,0%	1	0,0%	0	0,0%
Total de receitas de capital	9.623.841	45,3%	6.202.384	32,7%	-3.421.457	-35,6%
Total de receitas	21.234.974	100,0%	18.939.112	100,0%	-2.295.862	-10,8%

O gráfico permite visualizar a previsão da distribuição das receitas por capítulos, onde se destacam, pelo seu volume as **Transferências correntes e de capital (54,5%)**, seguidas de 3 rubricas que no seu conjunto representam 36,8% da previsão: **impostos directos, venda de bens e serviços correntes e venda de bens de investimento**.



No que diz respeito às rubricas de impostos, taxas e tarifas, as mesmas foram inscritas com base no disposto na alínea a) do ponto 3.3.1 do POCAL na redação que lhe foi conferida pelo DL n.º 84-A/2002 de 5 de abril, isto é, não podem ser superiores a metade das cobranças efetuadas nos últimos 24 meses que precedem o mês da sua elaboração, excetuando-se as receitas novas ou atualização de impostos, taxas e tarifas, cuja deliberação já tenha sido tomada.

Veja-se de seguida, de forma detalhada, as diversas rubricas que compõem a receita:

01 – Impostos Diretos

CL	DESIGNAÇÃO	PREVISÃO	%
010202	Imposto municipal sobre imóveis	2 601 393,00	68,96%
010203	Imposto único de circulação	443 335,00	11,75%
010204	Imposto municipal sobre transm. onerosas imóveis	561 063,00	14,87%
010205	Derrama	166 524,00	4,41%
010207	Impostos abolidos		0,00%
01020701	Contribuição autárquica	1,00	0,00%
01020702	Imposto municipal de sisa	1,00	0,00%
01020703	Imposto municipal sobre veículos	1,00	0,00%
	TOTAL "IMPOSTOS DIRETOS"	3 772 318,00	100,00%

A maior verba desta rubrica provém do IMI, que foi calculado com base em elementos retirados dos ficheiros disponibilizados no Portal das Finanças com a referência cadastral de todos os prédios registados e aplicada a taxa de 0,38 %, ou seja, uma redução de **2,5 % face à taxa aplicada no ano anterior**. Os restantes impostos foram calculados com base na média dos últimos 24 meses (regra previsional acima descrita) à exceção dos impostos abolidos cuja rubrica apenas ficou aberta acautelando entrada de receita referente a situações antigas.

02 – Impostos Indiretos

CL	DESIGNAÇÃO	PREVISÃO	%
02020601	Mercados e feiras	2.350,00	0,21%
02020602	Loteamentos e obras	855.676,00	78,22%
02020603	Ocupação da via pública	202.278,00	18,49%
02020605	Publicidade	18.798,00	1,72%
0202069999	Outros	14.813,00	1,35%
	TOTAL "IMPOSTOS INDIRETOS"	1.093.915,00	100,00%

“Impostos Indiretos” totaliza uma previsão de receita no valor de 1.093.915 €, sendo “loteamentos e obras” a rubrica com maior expressão, representando 78,22 %.

Para além da previsão através da média da receita cobrada nos últimos 24 meses, foram ainda consideradas as seguintes situações:

Loteamentos e Obras – Esta receita foi prevista tendo por base os processos existentes em aberto:

Requente: Trindade & Martins, Lda.

Local: Rua José Régio

Previsão de receita: 306.590,94 €

Requente: Asas Invest

Local: Quinta de Santo António - Casal da Galharda

Previsão de receita: 276.426,44 €

Requente: Gestlec – Gestão e Investimentos, Sociedade Unipessoal, Lda

Local: Rua Gil Eanes – Casal Saldanha

Previsão de receita: 144.254,67 €

Requente: MSC, SA

Local: Casal Marcos Ferreira

Previsão de receita: 106.888,25 €

Requente: Zone Soft

Local: Casal Marcos Ferreira

Previsão de receita: 6.720,96 €

Ocupação da Via Publica

Previsão de cobrança da ocupação da via publica por motivo de obras na Urbanização da Capela - Formigão, à firma Construções Rodrigues e Manuel Vieira, Lda.

Foi deliberado em reunião de câmara de 01 de julho de 2013 o pagamento de 190.516,35 € estando neste momento ainda em falta **171.638,50 €**.

04 – Taxas, Multas e Outras Penalidades

CL	DESIGNAÇÃO	PREVISÃO	%
0401	Taxas		
04012301	Mercados e feiras	202 442,00	69,26%
04012302	Loteamentos e obras	19 228,00	6,58%
04012303	Ocupação da via pública	1 462,00	0,50%
04012305	Caça, uso e porte de arma	183,00	0,06%
0401239999	Outras	38 454,00	13,16%
0402	Multas e outras penalidades		
040201	Juros de mora	7 385,00	2,53%
040202	Juros compensatórios	13 671,00	4,68%
040204	Coimas e penalidades por contra-ordenações	6 654,00	2,28%
040299	Multas e penalidades diversas	2 832,00	0,97%
	TOTAL "TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES"	292 311,00	100,00%

A previsão efetuada nesta rubrica teve por base a média da receita cobrada nos últimos 24 meses. “Mercados e Feiras” assume-se como a receita com maior influência, representando 69,26 % do total da previsão.

A rubrica “**outros**” diz respeito a:

Comparticipação em Transportes Escolares, Alvarás de ruído, Cemitério, Certidões, Horários de Funcionamento, Renovação de Cartões, Autenticação de fotocópias entre outras.

05 – Rendimentos de Propriedade

CL	DESIGNAÇÃO	PREVISÃO	%
0502	Juros-Sociedades financeiras		
050201	Bancos e outras instituições financeiras	20.746,00	72,38%
0510	Rendas		
051001	Terrenos	7.917,00	27,62%
	TOTAL "RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE"	28.663,00	100,00%

“**Rendimentos de Propriedade**” totaliza uma previsão de receita no valor de 28.663 €.

A previsão dos juros resulta das médias dos últimos 24 meses.

“Terrenos” diz respeito às rendas que o município recebe fruto das instalações de antenas de telecomunicações em terrenos do município.

06 – Transferências Correntes

CL	DESIGNAÇÃO	PREVISÃO	%
060102	Privadas	316.691,00	7,16%
06030101	Fundo de Equilíbrio Financeiro	1.634.071,00	36,92%
06030102	Fundo Social Municipal	274.907,00	6,21%
06030103	Participação fixa no IRS	1.159.852,00	26,21%
06030199	Outras	1.040.510,00	23,51%
	TOTAL "TRANSFERÊNCIAS CORRENTES"	4.426.031,00	100,00%

“Privadas” refere-se principalmente ao valor da Renda de Concessão à EDP, proveniente do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica.

“Outras” refere-se a transferências provenientes das seguintes entidades:

DESCRIÇÃO	PREVISÃO
Instituto de Emprego e Formação Profissional	
Gabinete de Inserção Profissional	11.248,00
Contratos de Emprego e Inserção (CEI / CEI+)	93.965,00
Instituto da Segurança Social	
Comissão de Proteção de Menores	21.207,00
Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária	790,00
Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares	
Acordo Pré-Escolar - Apoio à Família (Refeições + Prolongamentos)	233.300,00
Manutenção do Parque Escolar	20.000,00
Atividades de Enriquecimento Curricular	60.000,00
Ministério da Educação e Ciência - Direção-Geral de Planeamento e Gestão Financeira	
Transferência de Competências - Pessoal Não Docente	600.000,00
TOTAL	1.040.510,00

No que diz respeito às transferências do Orçamento de Estado (FEF, IRS, FSM), totalizam 3.250.393,00 € e dizem respeito ao valor considerado na proposta do Orçamento de Estado para o ano de 2015.

Do ponto de vista da evolução global das transferências do OE, regista-se um aumento de 154.781 €, ou seja, mais 5 % face ao ano anterior.

A perda registada no FEF (- 192.599 €) foi compensada pelo aumento na Participação Fixa no IRS (+ 347.380 €).

DESIGNAÇÃO	2014	2015	Var.	
			Valor	%
Transferências Correntes				
Fundo de Equilíbrio Financeiro	1.807.410,00	1.634.071,00	-173.339,00	-9,59%
Fundo Social Municipal	274.907,00	274.907,00	0,00	0,00%
Participação fixa no IRS	812.472,00	1.159.852,00	347.380,00	42,76%
Transferências de Capital				
Fundo de Equilíbrio Financeiro	200.823,00	181.563,00	-19.260,00	-9,59%
TOTAL "TRANSFERÊNCIAS OE"	3.095.612,00	3.250.393,00	154.781,00	5,00%

07 – Venda de Bens e Serviços Correntes

CL	DESIGNAÇÃO	PREVISÃO	%	
07010801	Água	1.275.077,00	43,32%	83,48%
07020901	Saneamento	745.000,00	25,31%	
07020902	Resíduos sólidos	437.000,00	14,85%	
0702099903	Fornecimento de Refeições Escolares	107.571,00	3,65%	
07020903	Transportes coletivos de pessoas e mercadorias	95.000,00	3,23%	
07020804	Serviços desportivos	89.581,00	3,04%	
07039902	Outras rendas	47.840,00	1,63%	
070301	Habitações	45.356,00	1,54%	
07020907	Parques de estacionamento	35.602,00	1,21%	
0702099901	Prolongamento de Horários Escolares	27.000,00	0,92%	
07020803	Serviços culturais	11.866,00	0,40%	
07011099	Outros	6.310,00	0,21%	
07011199	Outros produtos acabados e intermédios	4.147,00	0,14%	
07011001	Sucata	4.000,00	0,14%	
070299	Outros	3.255,00	0,11%	
07020906	Mercados e feiras	3.041,00	0,10%	
07020904	Trabalhos por conta de particulares	2.151,00	0,07%	
0702099902	Fornecimento de Processos de Concursos	1.599,00	0,05%	
0702099904	Ligação de Ramais e Contratos de Água	1.598,00	0,05%	
07010899	Outras mercadorias	122,00	0,00%	
070102	Livros e documentação técnica	91,00	0,00%	
	TOTAL "VENDA DE BENS E SERVIÇOS"	2.943.207,00	100,00%	

Com a Venda de Bens e Serviços o município prevê arrecadar 2.943.207 €.

A receita com “Água”, “Saneamento” e “Resíduos Sólidos” representa 83,48 % das previsões efetuadas, ou seja, 2.457.077,00 €.

As previsões foram efetuadas com base na média da receita cobrada nos últimos 24 meses.

08 – Outras Receitas Correntes

Na rubrica “outras receitas correntes” o município prevê uma receita de 180.283 €.

A origem desta previsão tem a ver com:

Encargos com energia, suportados pelo município, com instalações que transitaram para as Águas do Centro (Furo AC5, AC6, Reservatório do Casal do Grilo, ETAR, E.E. Centro de Convívio). Os custos foram apurados através da faturação registada nos nossos serviços entre o período de outubro de 2010 e até final de 2014 (últimos meses feitos por estimativa).

09 – Vendas de Bens de Investimento

A previsão de receita para venda de bens e investimento é de 261.936 €.

A previsão é feita com base em:

- Média aritmética simples das receitas arrecadadas com a venda de bens imoveis nos últimos 36 meses (artigo 253º da Lei 83-C/2013 de 31 de dezembro – LOE 2013);

- Receita proveniente da alienação do Lote nº 4 sito na Rua Companhia Divisionária de Manutenção de Material (com área de 311 m2).

A alienação deste lote de terreno consta no contrato de empreitada da Requalificação Urbana da Praça Salgueiro Maia assinado entre o Município e a firma João Salvador Lda em 05/03/2008.

No contrato era referido que uma das formas de pagamento da empreitada era o terreno acima referido, avaliado em 180.000 €.

Com a entrada em insolvência da firma João Salvador este processo ficou suspenso, contudo, tendo em conta que se encontra inserido no Plano Plurianual de Investimentos no **projeto 03.008 2014/22-7 – Requalificação Urbana – Praça da Republica e Monumento ao Trabalhador Ferroviário** uma dotação de 171.168 €, referente a faturação emitida e não paga e uma vez que o município só irá proceder ao pagamento através da alienação do terreno optou-se por colocar do lado da receita o valor equivalente ao terreno.

10 – Transferências de Capital

No que respeita às transferências de capital do Estado, o valor justifica-se em grande parte pelos Projectos Co-Financiados através do FEDER e DGEST, conforme demonstra mapas seguintes.

Cooperação técnica e financeira (contratos-programa):

Designação do Projeto	Receita Prevista
Escola Dr. Ruy Andrade - Material Informática	7.068,00
Escola Dr. Ruy Andrade - Mobiliário Escolar	10.893,00
Escola Dr. Ruy Andrade - Material Didático	11.992,50
Construção da Nova Escola EB 2.3 Dr. Ruy Andrade	429.843,58
Edifício para Força de Segurança - Esquadra da PSP	1.500,00
Total previsto	461.297,08

Participação comunitária em projetos cofinanciados:

Designação do Projeto	Receita Prevista
Projetos em Execução	2 783 730,73
Centro Escolar Norte do Entroncamento	127 500,00
Escola EB 2.3 Dr. Ruy Andrade	
Construção da Escola	899 297,73
Material Informática	40 052,00
Mobiliário Escolar	61 727,00
Material Didático	67 957,50
Requalificação Urb R. Elias Garcia (Cruz. R. Casal Melão até Meia Via)	446 233,00
Requalificação dos acessos aos Casais Formigos e Casal Vidigal	294 308,25
Ciclovias - Freguesia Nossa Senhora Fátima	584 642,75
Alargamento da Avenida das Forças Armadas	262 012,50
Projetos a candidatar	2 060 400,00
Aquisição de árvores, arbustos e herbáceas	5 525,00
Cine-teatro S. João - Remodelação e modernização	212 500,00
Edifício para Força de Segurança - Esquadra da PSP	8 500,00
Aquisição de Bicicletas Urbanas / Elétricas	63 750,00
Aquisição de Viaturas Elétricas	136 000,00
Ciclovias - Freguesia São João Batista	31 875,00
Entroncamento em Rede	25 500,00
Ligação do Terminal de Contentores à Área de Acolhimento Empresarial e à A23	127 500,00
Melhoria do desempenho energético do município - Iluminação Pública	765 000,00
Plano de Mobilidade Urbana	34 000,00
Reabilitação do Mercado Diário (Ambiental e Energética)	106 250,00
Recuperação dos Parques e Jardins Urbanos - Entroncamento Verde	127 500,00
Requalificação e Eficiência Energética das Piscinas Municipais	63 750,00
SAMA/Médio Tejo (CIMT)	153 000,00
Sinalética Rodoviária e Direcional	29 750,00
Entroncamento Solidário	34 000,00
Entroncamento da Cultura e do Conhecimento	34 000,00
Entroncamento Ativo	34 000,00
Entroncamento Verde	34 000,00
Entroncamento Criativo e Empreendedor	34 000,00
Projetos encerrados - Verba cativa 5 %	407 750,01
Escola Ensino Básico 1ºCiclo + Jardim-de-infância SUL	1 046,34
Escola Básica da Zona Verde do Entroncamento	6 007,21
Prog. de Acção para a Regeneração Urbana - OP 1 (Jardim Parque José Pereira Caldas)	6 129,27
Prog. de Acção para a Regen. Urbana - OP 2 (Largo José Duarte Coelho)	21 594,28
Prog. de Acção para a Regen. Urbana - OP 3A (Req. Urbana da Freguesia de São João Baptista)	70 104,21
Prog. de Acção para a Regen. Urbana - OP 3B (Req. Urbana da Freguesia de Nossa Senhora de Fátima)	3 399,14
Prog. de Acção para a Regen. Urbana - OP 4 (Rede Aberta Multi-Serviços)	22 912,00
Prog. de Acção para a Regen. Urbana - OP 5 (Const. equipamento apoio p/ animação, actividade económica)	40 530,02
Prog. de Acção para a Regen. Urbana - OP 6 (P. Radical, Campos Sintéticos, Env. Campo Relvado, Campos Tenis)	110 457,92
Prog. de Acção para a Regen. Urbana - OP 7 (Remodelação do Edifício da Biblioteca Municipal)	2 147,21
Prog. de Acção para a Regen. Urbana - OP 8 (Centro Cultural)	7 419,60
Prog. de Acção para a Regen. Urbana - OP 14 (Gestão e Monitorização da Parceria)	1 789,94
Prog. de Acção para a Regen. Urbana - OP 15 (Remodelação do Centro de Convívio da 3ª Idade)	3 099,73
Requalificação do Parque do Bonito - 1ªFase	97 398,35
ESER	13 714,79
Total previsto	5 251 880,74

13 – Outras receitas de capital

A previsão de receita é de 45.706 €.

A previsão é feita com base em:

- Média da receita cobrada nos últimos 24 meses;
- Previsão de recebimento de fatura emitida em nome Construções Vieira Mendes, no valor de 27.019,47, referente a um auto de trabalhos a menos da empreitada Requalificação da Freguesia N. Sra. Fátima.

3.4. Dotação das despesas

A despesa prevista para o ano de 2015 ascende a 18.939.112 € apresentando, em relação à despesa orçamentada em 2014, uma redução de 10,8%, ou seja, menos 2.295.862 €.

Este decréscimo global da despesa deve-se, quase em exclusivo, à quebra na previsão de “aquisição de bens de capital”, a qual é de 2.295.862 €.

Rubricas	Dotação 2014		Dotação 2015		Evol. 2015/2014		Peso relativo	
	Valor €	%	Valor €	%	Valor €	%	2013	2014
01 Despesas com o pessoal	5 142 208	24,2%	5 187 694	27,4%	45 486	0,9%	45,1%	45,9%
02 Aquisição de bens e serviços	5 404 972	25,5%	5 407 464	28,6%	2 492	0,0%	47,4%	47,8%
03 Juros e outros encargos	265 552	1,3%	297 403	1,6%	31 851	12,0%	2,3%	2,6%
04 Transferências correntes	387 063	1,8%	300 659	1,6%	-86 404	-22,3%	3,4%	2,7%
06 Outras despesas correntes	209 811	1,0%	118 853	0,6%	-90 958	-43,4%	1,8%	1,1%
Total de despesas correntes	11 409 606	53,7%	11 312 073	59,7%	-97 533	-0,9%	100,0%	100,0%
07 Aquisição de bens de capital	8 778 049	41,3%	6 641 452	35,1%	-2 136 597	-24,3%	89,3%	89,3%
08 Transferências de capital	22 319	0,1%	24 179	0,1%	1 860	8,3%	0,2%	0,2%
09 Ativos financeiros	0	0,0%	70 908	0,4%	70 908	0,0%	0,0%	0,0%
10 Passivos financeiros	1 025 000	4,8%	890 500	4,7%	-134 500	-13,1%	10,4%	10,4%
Total de despesas de capital	9 825 368	46,3%	7 627 039	40,3%	-2 198 329	-22,4%	100,0%	100,0%
Total de despesas	21 234 974	100,0%	18 939 112	100,0%	-2 295 862	-10,8%		

As despesas correntes representam 59,7 % do total do orçamento, ficando as despesas de capital com 40,3 %.

Com a rubrica “**Despesas com Pessoal**” o município prevê gastar 5.187.694 €, ou seja, mais 0,9 % do orçamentado no ano anterior. Este aumento deve-se principalmente:

- Alterações introduzidas nas reduções remuneratórias em vigor. Limite alterado para remunerações acima dos 1.500 €;
- Alteração no salário mínimo nacional de 485 € para 505 €;
- Abertura de vagas para novas contratações para compensar as diversas saídas por aposentação.

“**Aquisições de Bens e Serviços**” situaram-se praticamente ao mesmo nível do ano anterior. O quadro seguinte demonstra as principais rubricas quem compõem as Aquisições de Bens e Serviços.

Designação	Dotação
Água	1 200 000,00
Saneamento	1 054 999,90
Encargos das Instalações	398 630,00
Iluminação Pública	311 898,00
Resíduos Sólidos	278 618,88
Alimentação e Refeições Confeccionadas	214 488,00
Gasóleo	188 805,00
Gás	134 499,00
Encargos de Cobrança de Receitas	104 317,00
Vigilância e Segurança	100 407,00
Comunicações	70 062,00
Seguros	65 314,00
Total	4 122 038,78
Total da 02 - ABS	5 407 464,00
%	76,23%

“Juros e Outros Encargos” refere-se aos juros de empréstimos de MLP, juros de locação financeira, juros de fornecedores e encargos bancários.

Face ao ano anterior prevê-se um aumento de 12 %.

“Transferências Correntes” regista uma diminuição de 22,3 % devido principalmente a:

- Redução de 5 % nas transferências para clubes e associações (medida do PAEL);
- Fim dos estágios profissionais que estavam a decorrer em 2014.

“Outras Despesas Correntes” prevê gastar menos 43,4 % do que o ano anterior.

Nesta rubrica são classificados as restituições e reembolsos que o município tem de fazer.

No que diz respeito às despesas de capital temos:

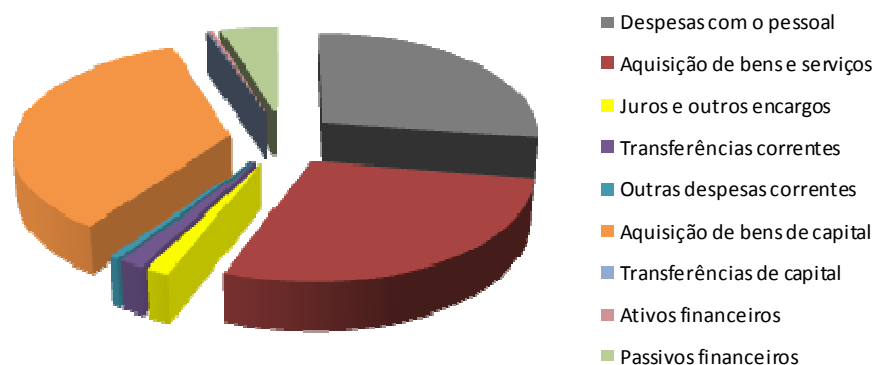
“Aquisição de Bens de Capital (PPI)”

Será objeto de análise detalhada no ponto seguinte, já que tem correspondência com o Plano Plurianual de Investimentos.

“Transferências de Capital” prevê-se despesas no valor de 24.179 €. Está principalmente relacionado com os projetos da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (ver detalhe no mapa das AMR).

“Ativos Financeiros” refere-se à comparticipação do Município na realização do capital social do Fundo de Apoio Municipal (FAM). A contribuição do município para o FAM é de 496.358,86 € a ser efetuada em 7 anos, ou seja, irá afetar os orçamentos de 2015 a 2021.

“Passivos Financeiros” referem-se a amortizações de empréstimos de médio e longo prazos designadamente às amortizações quer do PAEL quer de empréstimos anteriormente contratados pelo município. Face ao ano anterior regista-se uma redução de 13,1 %. Esta redução deve-se ao fim de 2 empréstimos em 2014.



3.5. Grandes Opções do Plano (GOP)

As GOP, de horizonte móvel de 4 anos, constituem o elemento primordial e estruturante das políticas macroeconómicas da autarquia, a desenvolver para o ano a que se refere o orçamento.

São parte integrante deste documento:

O **PPI** – Plano Plurianual de Investimentos

As **AMR** – Atividades mais Relevantes

O PPI inclui todos os projetos e ações a realizar no âmbito dos objetivos estabelecidos pela Câmara Municipal e explicita a respetiva previsão de despesa, contemplando igualmente os ajustamentos resultantes das execuções anteriores.

O PPI apresenta valores dentro da linha de investimentos definida.

As AMR constituem um conjunto de atividades coordenadas, englobando um grupo de ações marcantes, de duração inferior a um ano, que regra geral se realizam e esgotam num exercício económico e que enquadrámos em despesas correntes e em despesas de capital, (na parte das transferências de capital - investimentos realizados por entidades diversas da Câmara).

GOP	2014	2015	Variação
Plano Plurianual de Investimentos	8 778 049	6 641 452	-24,34%
AMR - Atividades Mais Relevantes	1 875 954	1 718 331	-8,40%
TOTAL	10 654 003	8 359 783	-21,53%

3.5.1 PPI – Plano Plurianual de Investimentos

Desenvolvendo o PPI com esta estrutura, obtivemos totais por objetivo e por programa que nos permitem ter uma visão setorial do que a Câmara tenciona realizar no período, em cada um desses setores.

DESIGNAÇÃO	POR	POR	% NO TOTAL
	PROGRAMA	OBJECTIVO	DE DOTAÇÕES
OBJECTIVO 1 - FUNÇÕES GERAIS ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		438 768	6,6%
Programa 1 - Edifícios e Instalações Municipais	42 116		0,6%
Programa 2 - Equipamentos e Serviços	386 652		5,8%
Programa 3 - Segurança e ordem pública /Proteção Civil	10 000		0,2%
OBJECTIVO 2 - FUNÇÕES SOCIAIS		3 050 103	45,9%
Programa 1 - Educação	1 445 178		21,8%
Programa 4 - Saneamento	20 502		0,3%
Programa 5 - Águas	31 000		0,5%
Programa 6 - Resíduos Sólidos	25 866		0,4%
Programa 7 - Coesão Social	50 001		0,8%
Programa 8 - Cemitério	38 250		0,6%
Programa 9 - Espaços Verdes	239 325		3,6%
Programa 10 - Cultura	295 501		4,4%
Programa 14 - Desporto e Vida Saudável	904 480		13,6%
OBJECTIVO 3 - FUNÇÕES ECONÓMICAS		3 152 581	47,5%
Programa 6 - Industria e Energia	1 080 001		16,3%
Programa 7 - Ordenamento do Território	24 170		0,4%
Programa 8 - Rede Viária e Arruamentos Municipais	1 512 410		22,8%
Programa 9 - Mobilidade Urbana	360 500		5,4%
Programa 13 - Comercio	174 000		2,6%
Programa 14 - Turismo	1 500		0,0%
TOTAL DO PPI	6 641 452		100,0%

O Plano de Investimentos para o ano de 2015 totaliza 6.641.452 €, repartido em 3 objetivos e 18 programas.

Verifica-se que 47,5 % do investimento previsto é destinado às **funções económicas**, com destaque acentuado para o “Programa 6 – Industria e Energia com 16,3 %, e para o “Programa 8 – Rede Viária e Arruamentos Municipais” com 22,8 %. No mapa do PPI poderão ser vistos os projetos que constituem estes programas.

Nas **funções sociais**, a Câmara prevê investir 3.050.103 € o que representa 45,9% do PPI. O programa com mais destaque é o “Programa 1 – Educação” com um investimento global de 1.445.178 €.

As **funções de administração geral**, absorvem 6,6 % do investimento.

3.5.2 AMR – Atividades Mais Relevantes

Para 2015, totalizam 1.718.331€.

DESIGNAÇÃO	POR	POR	% NO TOTAL
	PROGRAMA	OBJECTIVO	DE DOTAÇÕES
OBJECTIVO 1 - FUNÇÕES GERAIS ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		42 275	2,5%
Programa 01 - Comunicação	16 595		1,0%
Programa 03 - Protecção Civil e Ordem Publica	25 680		1,5%
OBJECTIVO 2 - FUNÇÕES SOCIAIS		501 224	29,2%
Programa 01 - Educação	117 627		6,8%
Programa 10 - Cultura	242 347		14,1%
Programa 19 - Saúde	500		0,0%
Programa 20 - Acção Social	88 250		5,1%
Programa 21 - Protocolos	52 500		3,1%
OBJECTIVO 3 - FUNÇÕES ECONÓMICAS		32 895	1,9%
Programa 14 - Turismo	32 895		1,9%
OBJECTIVO 4 - OUTRAS FUNÇÕES		1 141 937	66,5%
Programa 01 - Operações da dívida autárquica	1 062 000		61,8%
Programa 02 - Transferências entre administrações	76 937		4,5%
Programa 03 - Juventude	3 000		0,2%
TOTAL	1 718 331		100,0%

A área mais representativa é “Outras funções”, com as quais o município prevê gastar 1.141.937 €. A componente mais significativa é a que diz respeito ao serviço da dívida, para o qual se estima a importância de 1.062.000 €. Incluem-se os encargos com juros e amortizações dos empréstimos que o município tem contratados (61,8%).

“Funções sociais” com uma dotação no valor de 501.224 € representa 29,2 % do total das AMR, dos quais 14,1 % serão com o “Programa 10 – Serviços Culturais, Recreativos, Religiosos, Outras Atividades Cívicas” o qual se compõe essencialmente do apoio a atividades no âmbito cultural e desportivo e bem assim a associações e coletividades do concelho que desempenham a sua atividade nestes domínios e ainda de iniciativas promovidas pelo município.

3.6 Quadro Plurianual Municipal

Tendo em conta o art.º 44 da Lei 73/2013 de 03 de setembro o órgão executivo terá de apresentar ao órgão deliberativo municipal, em simultâneo com a proposta de orçamento municipal, uma proposta de quadro plurianual de programação orçamental.

O quadro plurianual define os limites para a despesa do município, bem como para as projeções da receita discriminadas entre as provenientes do Orçamento de Estado e as cobradas pelo município. Os limites são vinculativos para o ano seguinte ao exercício económico do orçamento e indicativos para os restantes.

Tendo em conta o art.º 47.º da referida lei os elementos constantes do quadro plurianual são regulados por decreto-lei, a aprovar até 120 dias após a publicação da lei.

Tendo em conta que até à data não houve qualquer regulamentação nesta área não estão reunidas as condições para a apresentação do referido quadro.

Segue na folha seguinte a posição da ANMP acerca do assunto.



Exmo(a). Senhor(a)

Presidente

N.º. Ref.ª. CIR_108/2014/AG

Data: 01.10.2014

Assunto: **Quadro plurianual municipal**

1. São muitas dezenas os Municípios que têm vindo a contactar a ANMP, em relação à elaboração do **“Quadro Plurianual Municipal”**, previsto no art.º. 44.º. da Lei n.º. 73/2013 (Lei de Finanças Locais – LFL).
2. O referido **“Quadro Plurianual Municipal”** carece da regulamentação estabelecida no art.º. 47.º. da mesma Lei, o qual dispõe que **“Os elementos constantes dos documentos referidos no presente capítulo são regulados por decreto-lei, a aprovar até 120 dias após a publicação da presente lei”**.
O decreto-lei a que se refere o art.º. 47.º. **deveria pois ter sido aprovado até 3 de janeiro de 2014**, sendo que, mesmo que fosse publicado nos próximos dias, não permitiria a sua aplicação pelos Municípios no processo de preparação dos documentos previsionais para 2015, em curso.
3. Acresce que, nos termos do n.º. 3 do art.º. 47.º. da LFL, **“os limites (a que se refere o n.º. 2 do mesmo artigo) são vinculativos para o ano seguinte ao do exercício económico do orçamento.”**
Ora **não podem os Municípios** correr o risco de aprovar documentos vinculativos para 2016 cuja regulamentação não existe.
Por outro lado, a não tipificação de documentos com o conteúdo dos que estão em causa, impedirá a realização de quaisquer análises integradas e sujeitam os Municípios à posterior verificação discricionária do Tribunal de Contas, com os resultados desastrosos que são conhecidos pelos mesmos.
4. Assim, a ANMP entende não estarem criadas as condições legais para o cumprimento do art.º. 44 da lei n.º. 73/2013, por omissão legislativa do Governo desde 3 de janeiro de 2014.
A ANMP considera que o planeamento plurianual não poderá ter quaisquer consequências vinculativas para 2016, independentemente do carácter voluntário de qualquer exercício que os Municípios entendam desenvolver, no âmbito do respetivo processo de planeamento.

Com os melhores cumprimentos.

O Secretário-Geral da ANMP



Rui Solheiro

Entroncamento, 21 de outubro de 2014

O Presidente da Câmara

Jorge Manuel Alves de Faria